

CIM do Médio Tejo apoia conversão da Central do Pego para resíduos florestais

27 de Setembro, 2019

A região do Médio Tejo tem desempenhado, nos últimos anos, um papel muito importante ao nível da segurança de abastecimento do sistema elétrico português, uma posição que pretende manter pois acredita estarem reunidas as condições necessárias para tal. No Município de Abrantes situa-se a Central Termoelétrica do Pego que, desde a sua entrada em operação, em 1993, tem cumprido bem a missão que lhe foi atribuída, refere a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM do Médio Tejo), em comunicado.

Independentemente das condições climatéricas, esta unidade de produção garante uma resposta imediata às necessidades do sistema elétrico nacional, assegurando energia 365 dias por ano.

Foi com agrado que os representantes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM do Médio Tejo) afirmam ter ouvido, da parte da administração da Tejo Energia, numa reunião realizada no Pego, nas instalações da central, que é intenção dos acionistas desenvolver um projeto ambicioso do ponto de vista ambiental, económico e social para além da data final do Contrato de Aquisição de Energia (CAE) que lhe foi atribuído a 1 dezembro de 2021, passando a funcionar a resíduos florestais já a partir de 2022.

A presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Anabela Freitas, sublinhou que “esta é uma grande oportunidade para manter um equipamento de extrema relevância e continuar a ter na nossa região um polo de desenvolvimento regional que pode contribuir para: dinamizar a atividade económica no setor florestal no interior do país; manter postos de trabalho, aumentando o nível de emprego com a utilização de biomassa; e transformar a biomassa que muitas vezes flagela a região, com os incêndios, em energia renovável. Com agrado verifica também a possibilidade de ser analisada a rentabilização de outros resíduos com enorme potencial energético”.

Além dos contributos para o interior do país, esta unidade de produção traz igualmente diferentes vantagens para a redução da dependência energética do exterior e para a segurança de abastecimento à rede elétrica nacional, permitindo que se mantenha como reserva às fontes renováveis, através de uma central despachável que utiliza fontes endógenas, não pondo em causa a possibilidade do funcionamento de pequenas unidades de rentabilização de biomassa.

A unidade de produção é hoje um grande polo de desenvolvimento regional, sendo responsável por cerca de 300 postos de trabalho permanentes e mais de 800 em momentos de pico de trabalho.

“Saber que a Tejo Energia está a trabalhar num projeto que tem como objetivo

a conversão da Central do Pego para resíduos florestais, a manutenção e criação de postos de trabalho adicionais deixa-nos confiantes em relação ao futuro”, considera o presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Manuel Valamatos, que destaca ainda como mais-valia da conversão para biomassa o aproveitamento de resíduos florestais, material que muitas vezes arde durante os incêndios florestais e que em muito contribui para os mesmos.

Localizada no Pego, freguesia do concelho de Abrantes, a central tem uma localização privilegiada no centro do país, face à mancha florestal do Médio Tejo.

Para Beatriz Milne, presidente Executiva da Tejo Energia, “a conversão da Central do Pego para resíduos florestais vai permitir que se continue a garantir a segurança de abastecimento da rede através da produção de energia renovável, disponível em permanência, servindo de complemento a outras tecnologias intermitentes, o que trará vantagens ambientais, sociais e económicas não só para a região, como para o cumprimento dos desafios ambientais com que Portugal se comprometeu”.

Tendo em conta todos estes argumentos, a CIM do Médio Tejo recomenda ao governo português que explore o potencial da proposta da Tejo Energia para conversão da atual central termoelétrica a carvão para resíduos florestais.

A CIM do Médio Tejo mostra-se disponível para apoiar a dinamização de uma nova fileira económica de forma a valorizar os resíduos florestais na região e, conseqüentemente, diminuir o elevado risco de incêndio que regularmente fustiga os concelhos do Médio Tejo.